

Marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970¹

PEDRO FIORI ARANTES

RESUMO

O presente artigo é um balanço da produção pioneira de intelectuais marxistas que, na década de 1970, procuraram entender os paradoxos do crescimento de São Paulo e, mais amplamente, ensaiaram as primeiras formulações de uma teoria crítica da urbanização na periferia do capitalismo. Agrupados em torno do Cebrap e da FAU-USP, a urgência política do momento, somada à ascendência da interpretação de Manuel Castells, levou-os majoritariamente a encarar a cidade como espaço de consumo coletivo e luta social em torno da reprodução da classe trabalhadora. Mas a descoberta empírica da cidade permitiu que o urbano fosse, ao fim, reconhecido não apenas como *lôcus* mas como *forma* da expansão capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: *Questão urbana; estruturalismo francês; teoria crítica; São Paulo.*

ABSTRACT

This article presents a critical assessment of the pioneering production of Marxist intellectuals who, in the 1970s, attempted to understand the paradoxes of São Paulo's urban growth. More generally, these intellectuals also tried to sketch a critical theory about urbanization at the periphery of capitalism. Gathered around two institutions – Cebrap (Brazilian Center for Analysis and Planning) and FAU-USP (School of Architecture at the University of Sao Paulo) – they were compelled by the political urgency of that historical era, and informed by the increasing influence of Manuel Castells' structuralist framework. As a result, they understood the city as a space of collective consumption, and also of social struggle around the reproduction of the working classes. However, the empirical exploration of the city allowed some of them to finally see the urban realm not only as the *locus* but also as the *form* of capitalist expansion.

KEYWORDS: *Urban question; French structuralism; critical theory; São Paulo.*

[1] Agradeço aos comentários e sugestões dos professores Paulo César Xavier Pereira, Erminia Maricato e do saudoso orientador Jorge Oseki (*in memoriam*).

No início dos anos 1970, diante do já acelerado processo de modernização e urbanização na América Latina, alguns intelectuais marxistas latino-americanos percebem a importância de se iniciar o que poderia vir a ser uma *teoria da urbanização na periferia do capitalismo*. Paralelamente à crítica ao pensamento da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), que deu origem a novas interpretações sobre dependência e subdesenvolvimento, atraso e modernização, estes intelectuais passaram a mencionar os paradoxos visíveis nas cidades em crescimento como exemplos de seus textos e mesmo a dedicar ensaios e pesquisas sobre o tema.

Neste artigo, verificaremos como se deu essa contribuição pioneira da década de 1970, por meio da produção de alguns intelectuais marxistas agrupados em torno do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) e da FAU-USP (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo). Influenciados pelo estruturalismo francês e seus teóricos que interpretaram a questão urbana, em especial Manuel Castells, os textos desses dois grupos procuraram avaliar como o subdesenvolvimento gerava uma condição peculiar de reprodução da força de trabalho, em oposição àquela que ocorria nos Estados de bem-estar social. Como a reprodução da força de trabalho é um fenômeno que se dá no espaço, sua condição precarizada gerava reciprocamente uma urbanização *sui generis*. As definições de “periferia”, “espoliação urbana” e “autoconstrução” da moradia, como detalharemos adiante, serão fundamentais para aclimatar os conceitos da sociologia francesa a essa situação particular.

Num quadro de entendimento do espaço urbano que se propunha como “não dualista”, entretanto, veremos como a maioria dessas proposições pioneiras se consagraram pela elaboração de um modelo justamente dual de interpretação do crescimento da cidade, apoiado em um instrumental restrito a conceitos da crítica da economia política, eminentemente não-urbanos. Contudo, as primeiras pistas de uma teoria crítica do urbano serão descobertas no momento em que a cidade passa de mero suporte de processos sociais e econômicos para ser compreendida como parte decisiva da produção e reprodução do capital. Assim, será retomada e reavaliada a teoria da “renda da terra”, em suas articulações com o Estado e o “capital da construção”, e formulada a hipótese de um “padrão periférico de crescimento da metrópole”.

Entretanto, como parece próprio ao debate de idéias no Brasil, novas teorias substituem as anteriores sem que uma crítica às formulações originais seja de fato realizada — tanto para indicar o que envelheceu como para preservar o que ainda tem pertinência. Esse artigo pretende colaborar para que os elos da formação de nossa tradição crítica não se percam e sejam continuamente reavaliados.

A CONEXÃO LATINO-AMERICANA: URBANIZAÇÃO E MARGINALIDADE

As iniciativas até então dispersas de interpretação marxista da urbanização latino-americana, como também de crítica a Cepal, tiveram como ponto de encontro o Chile, entre 1970 e 1973. Quase todos os seus formuladores estavam ali na condição de exilados políticos e simpatizantes do governo socialista de Salvador Allende. A conexão entre eles, ao menos dos que formulavam hipóteses para a interpretação da urbanização latino-americana, foi feita pelo sociólogo espanhol Ma-

[2] Castells, Manuel (org.). *Imperialismo y urbanización en América Latina*. Barcelona: Gustavo Gili, 1973.

Manuel Castells, professor da Universidade de Paris e coordenador do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento Urbano e Regional de Santiago do Chile.

Castells foi responsável pela organização do livro *Imperialismo e urbanização na América Latina*², que se tornou um marco para a nascente crítica marxista sobre a questão urbana. Dos brasileiros que participam do livro, estão quatro pesquisadores do Cebrap – Paul Singer, Fernando Henrique Cardoso, Lúcio Kowarick, Cândido Ferreira de Camargo –, além do geógrafo Milton Santos (este, com texto sobre a urbanização na Venezuela).

Os ensaios do livro procuram respostas alternativas (tanto ao pensamento liberal como ao pensamento marxista europeu) para explicar o rápido crescimento urbano latino-americano — ou o chamado “inchaço” urbano. A primeira e principal delas, apresentada por Manuel Castells e pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano, e já questionada no mesmo livro, por Paul Singer, é fundamentada pelo conceito de “marginalidade”. Para Castells e Quijano, a marginalidade está associada diretamente à nova fase de dominação imperialista e monopolista na América Latina, na qual a urbanização acelerada e concentrada não corresponderia a uma base produtiva equivalente. A industrialização dependente teria baixa capacidade de absorção dos trabalhadores migrantes, produzindo um descompasso entre urbanização e proletarianização, cujas consequências são analisadas pelos autores. De certo modo, trata-se de uma teoria de classes específica, distinta da formulação marxista convencional, pois introduz uma estratificação social nova: “os marginais”, migrantes que não encontram trabalho no núcleo hegemônico. Mais que lumpen ou exército industrial de reserva, eles representariam toda uma nova dinâmica social, econômica e espacial — e constituiriam, para além de uma subclasse, um verdadeiro “pólo” na estrutura econômica global. O que eles têm em comum é o fato de serem instáveis, irregulares e precários em comparação com seus equivalentes “integrados”, isto é, não marginais. Ocupam, no mundo do trabalho, posições no setor terciário, em serviços subalternos e informais. O terciário, desse modo, incharia desproporcionalmente em relação à indústria, neste caso, de forma regressiva, diferentemente do crescimento do terciário avançado (ligado ao setor financeiro e de serviços corporativos) dos países centrais. Na cidade, devido a seu padrão similar de renda e consumo, os marginalizados tendem a ocupar os mesmos espaços segregados: as “barriadas” e “favelas” (ainda não havia surgido o conceito de periferia). Deles emergem formas de organização de vizinhança, como associações de bairro e movimentos urbanos (ou de “pobladores”). Esta, aliás, era uma das frentes de luta da esquerda em diversas partes do mundo, inclusive no Chile, sobretudo pela ação do MIR (Movimiento de Izquierda Revolucionário) nas favelas de Santiago.

O “pólo marginal”, entretanto, é apresentado pelos autores sempre de forma ambivalente. De um lado, como fenômeno regressivo — expressão da ausência de um projeto nacional e da incapacidade do capitalismo na periferia em transformar o que está à sua volta em mercadoria, expandindo o assalariamento a todos — e, de outro, por isso mesmo, como fenômeno positivo, com a formação de um pólo relativamente autônomo e não dominado, capaz de produzir uma cultura (ou subcultura) própria, “da pobreza”, menos dependente do que a proletária em relação à reprodução da cultura burguesa e, por isso, mais negativa e potencialmente mais explosiva.

Castells, Quijano e os que adotaram interpretações similares (como Rui Mauro Marini) foram criticados, mas por motivos opostos: ora como dualistas ora como funcionalistas. Para ficarmos entre os brasileiros, a crítica de Paul Singer, por exemplo³, é de que a apresentação de dois pólos, o integrado e o marginal, acaba reeditando com vocabulário novo as explicações convencionais sobre a cisão entre arcaico e moderno, rural e urbano etc. Ao mesmo tempo, deixa de investigar as características do nexos distintivo da nova fase urbana-industrial: entre a expansão do capital monopolista e o aprofundamento da dependência. Noutra crítica, de Fernando Henrique Cardoso⁴, o conceito de pólo marginal seria, ao contrário, um elemento funcionalista: tido não como setor à parte, mas como alavanca da própria acumulação capitalista, ao colaborar para rebaixar permanentemente o custo de reprodução da força de trabalho. Entretanto, o conceito seria insuficiente como característica distintiva do processo de acumulação na periferia, pois não abarcaria outras de suas determinantes, como a taxa de lucro, a competição entre capitalistas, a renovação tecnológica e outros custos de reposição da força de trabalho.

Não nos cabe seguir adiante na crítica à teoria da marginalidade, mesmo na sua vertente urbana, como na interpretação de Janice Perlman⁵. Ou mesmo em seus desdobramentos inusitados, sendo o principal deles sua incorporação pelo ideário liberal de apologia do empreendedorismo popular informal, como o economista peruano Hernando De Soto e, mais institucionalmente, o próprio Banco Mundial. De algum modo, a teoria da marginalidade havia pressentido que o pólo informal, que era até então a exceção, estava tornando-se a regra — e o padrão de crescimento das cidades latino-americanas era a melhor expressão disso. O Banco Mundial, desde o início dos anos 1970, percebe que a urbanização no terceiro mundo não seria orientada pelos mesmos planos modernos e leis que dirigiram a urbanização ocidental, mas por um novo tipo de rebaixamento de padrões urbanísticos, com sua crescente desregulação para abarcar o setor informal e ausência de recursos para grandes investimentos em infra-estrutura⁶.

[3] Singer, Paul. “Urbanización, dependencia y marginalidad en América Latina”. In: Castells, op. cit., em especial pp. 304-312.

[4] Cardoso, F. H. “A dependência revisitada”. *As idéias e seu lugar*. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 113.

[5] Perlman, Janice. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

[6] Sobre isso, ver Arantes, Pedro Fiori. *As políticas urbanas do Banco Mundial e do BID para as cidades latino-americanas*. São Paulo: dissertação de mestrado, FAU-USP, 2004.

O que nos interessa no momento é verificar como o debate sobre marginalidade e seus desdobramentos urbanos estão na origem das formulações, mais ou menos críticas, que os intelectuais paulistas irão fazer sobre nosso processo de urbanização. Ele revela desde o princípio o foco que está dirigindo os olhares para o fenômeno urbano: compreender quem são trabalhadores e migrantes que se dirigem às cidades em crescimento acelerado, o lugar que nelas ocupam e o papel econômico e político que cumprem na sociedade. O texto coletivo dos pesquisadores do Cebrap que faz parte do livro organizado por Castells possui essa mesma questão de fundo, procurando, entretanto, respostas por meio do entendimento da categoria social de “morador” ou “cidadão” (em contraste ao “proletário”) e também da cultura de massas (da TV às multidões urbanas), mais do que na marginalidade. São questões que desenvolverão no livro *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*⁷, que abordaremos mais adiante.

Antes de nos dirigirmos aos trabalhos dos intelectuais do Cebrap, faremos uma breve incursão pelo que denomino agora de contribuição francesa de Manuel Castells, para indicar alguns dos conceitos que terão influência nos desdobramentos da pesquisa urbana paulista dos anos 1970.

A CONEXÃO FRANCESA: A CIDADE COMO REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Manuel Castells, em *A questão urbana*⁸, cuja edição francesa é de 1972, tem a pretensão de estabelecer uma contribuição pioneira para uma teoria marxista e científica da urbanização, procurando distinguir-se do ensaísmo mais livre, espécie de filosofia da urbanização, de Henri Lefebvre em *O direito à cidade*⁹. A interpretação sobre a urbanização dependente na América Latina, reproduzida também em *A questão urbana*, cede espaço para uma análise mais ampla do fenômeno urbano no capitalismo: nas suas dimensões econômicas, políticas e ideológicas (categorias fundamentais para os estruturalistas). Seu desafio é estabelecer o marco epistemológico para delimitar o que são os “problemas urbanos”, dada a quase inexistência de textos de Marx sobre o tema. A questão urbana, como veremos, será apresentada por Castells como o processo mesmo de reprodução social da força de trabalho. A cidade será analisada como espaço da vida cotidiana, como esfera de *consumo* — em distinção aos espaços de *produção* propriamente ditos. Nesse caso, o conflito central não é mais entre capital e trabalho, mas entre trabalhadores (em sua ação coletiva) e o Estado (em sua ideologia planificadora), na definição do patamar de reprodução social da força de trabalho ou, noutros termos, do nível de “salário indireto” promovido pelos serviços públicos.

A filiação estruturalista e mais especificamente althusseriana de Castells é visível na organização geral do livro e na sua disposição para

[7] Kowarick, Lúcio, Brant, Vinicius Caldeira e Camargo, Cândido Procópio de (orgs.). *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo: Loyola, 1975.

[8] Castells. *Question urbaine*. Paris: Maspéro, 1972 (tradução para o português pela Paz e Terra, 2000).

[9] Lefebvre, Henri. *Le droit à la ville*. Paris: Anthropos, 1968.

a construção de conceitos abstratos de cunho supostamente científico, apesar de temperado de realidade nos capítulos de pesquisa empírica e histórica. Não é o caso de avaliarmos como Castells utiliza ou nega alguns dos conceitos de Althusser, mas nos interessa indicar que o sociólogo espanhol mobiliza a interpretação do marxismo mais celebrada e debatida naquele momento e que, de certo modo, era quase inteiramente acatada no Partido Comunista Francês (PCF). O positivismo estruturalista aflora quando Castells lança mão de inúmeras informações tidas como objetivas (dados, esquemas e fórmulas matemáticas), diversas delas apresentadas de forma duvidosa, mas necessárias à formulação de um materialismo dialético que se quer científico, quase dissociado da realidade concreta. Esta é apresentada, de forma dissonante, nos capítulos com descrições históricas mais ricas e contraditórias, tanto das iniciativas normativas dos planejadores como das ações coletivas dos movimentos urbanos (tema que Castells desenvolverá em textos posteriores).

A cidade, para Castells, será apresentada como o espaço do “consumo coletivo”, do uso e da vida cotidiana. Diferentemente do consumo individual de mercadorias, o consumo coletivo se realiza econômica e socialmente não por meio do mercado, mas do Estado e de suas políticas públicas. Isso porque o consumo coletivo não tem como ser suprido exclusivamente pelo mercado e exige uma intervenção estruturalmente necessária do Estado. Este se encarrega da “produção dos meios essenciais de reprodução da força de trabalho: saúde, educação, habitação, equipamentos coletivos etc.” e, desse modo, “se converte em verdadeiro planejador do processo geral de consumo: isto está na base da chamada política urbana”¹⁰.

Aqui também se observa a influência de um certo pensamento marxista dominante no PCF a respeito do estado gaulista e a V República: o Capitalismo Monopolista de Estado (C.M.E.) — especialmente Paul Boccarda, com seu *Études sur le C.M.E.*¹¹.

A produção industrial, para Castells, interfere apenas na dinâmica regional, com suas diferentes estratégias de localização e infra-estrutura. O urbano, por isso, pode ser compreendido predominantemente como o lugar da “reprodução social” e não da produção. Essa dicotomia, apresentada de forma explícita por Castells no capítulo 9, “Os elementos da estrutura urbana”, e também em seu posfácio, oferece, de imediato, diversos paradoxos. Alguns deles podem ser apontados desde já: a cidade é descrita como mero *locus* da reprodução da força de trabalho, objeto de serviços públicos (habitação, transporte, saneamento etc.) e das ações estatais de integração e repressão, sem apresentar qualquer interpretação significativa no sentido de compreendê-la como processo e produto, ou seja, como *forma* da própria dinâmica de acumulação do capital.

[10] Castells *apud* Bettin, Gianfranco. “Manuel Castells: La estructura urbana entre instituciones y movimientos urbanos”. *Los sociólogos de la ciudad*. Barcelona: Gustavo Gili, 1982, p. 153.

[11] Boccarda, Paul. *Études sur le C.M.E., sa crise et son issue*. Paris: Editions Sociales, 1966. Teoria que pode ser resumida em 5 pontos: 1) financiamento do tipo público da acumulação e da produção privadas; 2) financiamento de tipo público ou coletivo de certos consumos e serviços; 3) antecipação sobre os lucros e intervenções nos circuitos financeiros; 4) programação pública e planos; 5) papel e importância das exportações de capitais públicos (*apud* Vallier, Jacques. *Le parti communiste français et le capitalisme d'État*. Paris: Maspero, 1975, p. 26).

[12] Topalov, Christian. “Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965”. *Espaço & Debates*, n. 23, 1988, p. 12.

[13] Gottdiener, Mark. “Paradigmas flutuantes: o debate sobre a teoria do espaço”. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1993, p. 124.

Como afirma Christian Topalov, ao questionar Castells, “não se pode estudar os usos que se faz da cidade sem estudar também a sua produção, não se pode considerar separadamente os agentes econômicos privados e a ação pública”¹². Para Gottdiener, Castells não teria produzido uma “teoria do espaço”, e a “dificuldade em avaliar este fato está na infeliz insistência de Castells em conservar o termo ‘urbano’ em sua análise e em definir a cidade como uma unidade espacial de reprodução da força de trabalho”¹³.

A questão urbana, para Castells, é, no limite, apenas o produto material (como qualquer outro) de uma determinada formação social. Neste sentido o espaço urbano é determinado e reflexo, não constituindo um campo conceitual com alguma autonomia. O urbano é, assim, imediatamente o consumo coletivo do urbano, não restando um significado intermediário, mediado, em que o urbano seja ele próprio produzido e reproduzido. Não são temas para Castells, por exemplo, a propriedade e a renda da terra, a produção do espaço construído, os promotores imobiliários e todo o circuito de acumulação de capital que se dá no urbano. Também não são objetos de análise os capitais envolvidos nos serviços públicos, as empreiteiras, as empresas produtoras de equipamentos de transportes, de saneamento etc. De modo mais amplo, não são sequer mencionadas as contradições entre os capitais que circulam pelo circuito de acumulação urbano e os capitais em geral, com suas divisões na disputa pela repartição da mais-valia entre lucro, renda e juros, envolvendo a ação e regulação públicas — com importante capítulo na produção da cidade.

Do ponto de vista da imagem da cidade e da ideologia urbana, a interpretação de Castells é igualmente insuficiente. A cidade é delimitada como espaço exclusivo de consumo coletivo de serviços estatais, e não são avaliadas questões relativas ao consumo e a cultura de massas, como parte vital da sociedade administrada. A ideologia urbana no capitalismo é entendida imediatamente como manifestação do Estado planejador, e não da sociedade de consumo, de sua indústria cultural e do espetáculo urbano com seus edifícios monumentais e espaços do poder e do dinheiro. Por isso, a cidade pode ser decomposta de forma dura e analítica em fórmulas econômicas e tabelas que avaliam seu desempenho funcional como mera unidade de reprodução da força de trabalho.

No pós-fácio de 1975, Castells reconhece equívocos e procura se defender de algumas dessas críticas. Mantém, entretanto, a afirmação de que “o essencial dos problemas definidos como urbanos está de fato ligado aos processos de consumo coletivo, ou ao que os marxistas chamam de organização dos meios coletivos de reprodução da força de trabalho”¹⁴. E justifica-se, ainda, declarando que seu interesse estava em delimitar o que considera um “problema novo” — o do consumo coletivo — ou um “novo lugar para um problema antigo”, o da sobrevivência dos trabalhadores

[14] Castells. *La cuestión urbana*. México: Siglo Veintiuno, 1978, p. 483.

A depuração ou simplificação dos problemas urbanos como sendo decorrentes apenas da ordem de consumo coletivo e do conflito entre trabalhadores e Estado permite a Castells encontrar saídas igualmente facilitadas para a superação das contradições, por meio da eleição de novos sujeitos, os movimentos sociais urbanos — contrariando aqui a ortodoxia comunista. Se Castells foi pioneiro em captar pesquisas empíricas sobre as organizações de bairro e lhes conferir um estatuto sociológico de maior peso, terá colaborado também para difundir a crença positiva nestes atores como agentes fundamentais da transformação social. Para o marxismo, entretanto, eles permanecem indecifráveis como classe social, seja como substitutos ou como irmãos pobres do velho proletariado. Por isso, fechando o argumento, foi preciso também definir um lugar correspondente no mundo do trabalho para estes “pobladores”. Como vimos, na explicação dada para estes novos sujeitos na América Latina, eles constituem o pólo da marginalidade.

O que nos interessa nesta recapitulação dos argumentos de Castells para o tópico seguinte deste artigo é que parte das incongruências e lacunas da sua interpretação irão repercutir e se reproduzir na produção marxista paulista sobre a questão urbana nos anos seguintes.¹⁵

DESDOBRAMENTOS PAULISTAS I: CEBRAP

O Cebrap, que congregava intelectuais de esquerda que permaneceram no Brasil durante grande parte do regime militar e realizavam pesquisas pioneiras em diversos campos das ciências humanas, foi também o lugar de onde foi enunciada a primeira tentativa marxista de explicação do fenômeno da urbanização acelerada da maior cidade da América do Sul, São Paulo. As iniciativas do Cebrap parecem ter partido quase simultaneamente de três “narradores” diferentes, que apresentaremos na seguinte ordem: 1) o economista Paul Singer, que lançou em 1973 o livro *Economia política da urbanização*¹⁶ e depois participou do grupo que se propunha a discutir o tema “crescimento e pobreza”; 2) o economista e sociólogo Francisco de Oliveira¹⁷, que apresentou questões relativas à urbanização em “Crítica à razão dualista”, de 1972, desenvolvendo o tema no texto “O Estado e o urbano”, de 1982; 3) e, por fim, o grupo que oficialmente desenvolvia a pesquisa sobre cidade, cultura de massas e movimentos populares urbanos, coordenado pelos sociólogos Lúcio Kowarick, Vinicius Caldeira Brant e Cândido Procópio de Camargo, e que redigiu o livro *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*.

A influência da sociologia francesa e mais especificamente a recepção das idéias de Manuel Castells sobre essa produção, apesar de significativa, não ocorreu de forma direta e imediata, mas por um contexto comum de produção e debates que consolidavam algumas idéias-

[15] Na França, evidentemente, o debate marxista sobre a cidade continua por meio de publicações que passam a questionar e procurar superar o trabalho de Castells. Em 1974, Henri Lefebvre lança *La production de l'espace* (Paris: Anthropos) e Christian Topalov, *Les promoteurs immobiliers* (Paris: Mouton). Em 1975, François Ascher apresenta *Urbanisme et politique* (Paris: Éditions Sociales). Em 1977, Lojkin publica *Marxisme, l'état et la question urbaine* (Paris: Puf) e Alain Lipietz, *Le capital et son espace* (Paris: Maspero). Para uma avaliação desse debate, ver Topalov. “Fazer a história da pesquisa urbana”, op. cit.

[16] Singer, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

[17] Oliveira, Francisco de. “Crítica à razão dualista”. In: *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003. Publicado originalmente em *Estudos Cebrap*, n.2, 1972.

força aceitas como verdadeiras (as interpretações em voga). Desse modo, o que discutiremos a seguir está no campo das similaridades e das deduções comuns realizadas pelos autores, sem a preocupação de fazer uma genealogia ou filiação sistemática das idéias.

No caso de Paul Singer, por exemplo, sua participação inicial no debate ocorre por meio de pesquisas sobre demografia e migrações. Ele acompanha o percurso do migrante até a cidade e passa, então, a investigar as características da economia urbana. Como já mencionamos, em *Imperialismo e urbanização na América Latina*, Singer critica os argumentos de Castells e Quijano, questionando sua premissa da oposição entre pólo marginal e setor moderno, integrado sob controle dos monopólios. Segundo ele, a divisão da economia em dois setores não pode ser entendida de forma estanque e dualista, “pelo contrário, a expansão do setor monopolístico cria, direta ou indiretamente, condições para a multiplicação de atividades competitivas inegavelmente prósperas, onde a acumulação do capital se processa mediante a exploração extensiva de trabalhadores pouco qualificados”¹⁸, como na construção civil, na agricultura, no comércio, serviços pessoais e certas indústrias (como a de roupas e alimentos). Para Singer, nenhuma dessas atividades é organizada monopolisticamente e tampouco apresenta marcas de “marginalização”. Além disso, “uma parte do excedente produzido na economia não-monopólica é transferida ao setor monopolista, o que lhe confere um caráter extremamente dinâmico”¹⁹. O que é aparentemente marginal se mostra totalmente inclusivo. Como veremos, este é o mesmo argumento de Francisco de Oliveira, que o desenvolverá de forma mais abrangente.

O capítulo de *Economia política da urbanização* que mais contribui para as indagações desse trabalho é “Urbanização e desenvolvimento: o caso de São Paulo”, no qual Singer apresenta sua interpretação para o processo de urbanização na periferia do capitalismo. Apesar de mais uma vez contrapor-se a Castells, apresentado como “representante de esquerda da crítica antiurbana” — que “procura atribuir à anarquia da produção, própria do capitalismo, o crescimento desmesurado das grandes cidades”²⁰ —, Singer expõe, ao fim, argumentos similares ao do sociólogo espanhol. A urbanização é descrita como um processo de “ampla mobilização do exército industrial de reserva”²¹, retomando o conceito marxista para evitar a noção dualista de “marginalizados”, o que não o impede de apresentá-la novamente como processo reflexo da industrialização, sem dinâmica própria.

Singer, ao tentar investigar novos problemas de aglomeração e concentração de capitais, permanece, contudo, preso à constatação quase banal das vantagens econômicas gerais, com afirmações como, por exemplo, “a capital paulista já possuía o maior parque industrial do país [...] graças ao café”²². Faltam ao autor as perguntas, aparente-

[18] Singer, “Urbanización, dependencia y marginalidad en América Latina”, op. cit., p. 288.

[19] *Ibidem*, p. 292.

[20] Singer, *Economia política da urbanização*, op. cit., p. 119.

[21] *Ibidem*, p. 123.

[22] *Ibidem*, p. 124.

mente elementares, mas decisivas, já feitas por Caio Prado Jr. em seu conhecido ensaio sobre a capital paulista²³: mas por que a concentração urbano-industrial se deu em São Paulo? Quais as características históricas e geográficas que lhe permitiram isso? Suas conclusões permanecem no nível das estratégias de alocação de recursos: a irracionalidade da cidade é, por extensão, a mesma dos capitais em geral. Os contrastes que as cidades e, em especial São Paulo, apresentam, são exemplares de “contradições do sistema que, para desenvolver as forças produtivas, vai sempre suscitando novos problemas”²⁴. As falhas da cidade, desse modo, são as mesmas do mercado e exigem a intervenção estatal, de preferência com planos de desenvolvimento regional que permitam o fluxo de capitais alcançar as áreas mais atrasadas e que concentram potenciais migrantes.

A análise da economia urbana de Paul Singer é, ao fim, o da economia sem o urbano. Prevaecem categorias analíticas da economia política que seguem desligadas da conformação espacial em sentido forte, apresentada sempre como reflexa. Como veremos, esta é uma característica de quase toda produção dos intelectuais do Cebrap.

Francisco de Oliveira, o segundo “narrador” aqui abordado, irá dedicar um texto de fôlego para a compreensão da questão urbana apenas no início dos anos 1980, “O Estado e o urbano no Brasil”, mas já utiliza exemplos de fenômenos urbanos em seu conhecido ensaio “Crítica à razão dualista”, de 1972. Neste texto, o urbano aparece ao representar externalidades que incidem sobre o custo de reprodução da força de trabalho e sobre o cálculo do salário mínimo (ou “salário de reprodução”).

O argumento mais original de Francisco de Oliveira consiste em apresentar a cidade como o melhor exemplo da “manutenção, ampliação e combinação do padrão ‘primitivo’ com novas relações de produção”²⁵. Assim, é ela própria a “unidade dos contrários”, em sua materialidade mais concreta e visível. Os serviços urbanos na periferia do capitalismo, essenciais na composição do custo de reprodução da força de trabalho, não são providos em sua totalidade pelo Estado na forma de salário indireto, como descreve Castells para os países centrais, mas, ao contrário, dependem de “uma estranha forma de ‘economia de subsistência’ urbana, forçando para baixo os salários reais”²⁶. Essa incapacidade de prover os serviços é decorrente de “uma ausência de acumulação prévia que financiasse sua implantação”²⁷. Por isso, lança-se mão de um crescimento urbano horizontal, extensivo, de baixíssimos coeficientes de capitalização, sustentado pela abundância de mão-de-obra, “cuja forma aparente é o caos das cidades”²⁸.

A autoconstrução da casa em mutirão pelos trabalhadores é apresentada por Francisco de Oliveira como principal exemplo de serviço urbano baseado em economia de subsistência que colabora para a ex-

[23] Prado Jr., Caio. *A cidade de São Paulo, geografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1983[1935].

[24] Singer, *Economia política da urbanização*, op. cit., p. 133.

[25] Oliveira, op. cit., p. 46.

[26] *Ibidem*, p. 46.

[27] *Ibidem*, p. 55.

[28] *Ibidem*, p. 59.

[29] Ibidem, p. 59. Esse é também o argumento de Sérgio Ferro, em texto de 1969, “A casa popular”, republicado com o título “A produção da casa no Brasil” em Arantes. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo, Cosac Naify, 2006.

[30] Ibidem, p. 84.

[31] Cardoso, op. cit., p. 113.

[32] Sua efetivação na faculdade foi barrada pelo regime por meio de uma inusitada reprovação em seu exame médico.

[33] Trata-se originalmente de um capítulo da pesquisa “Recursos humanos na Grande São Paulo”, solicitada pela Prefeitura de São Paulo ao Cebrap.

pansão capitalista moderna²⁹. Apoiado nesse tipo de consumo coletivo que se autoprovê em vez de ser provido pelo Estado, o salário real não chega mais a cobrir os custos de reprodução da força de trabalho. Ocorre assim uma espécie de “urbanização da reprodução social”, no sentido de sua dependência crescente dos serviços urbanos — como afirma mais adiante: “à medida que a urbanização avança, à medida que as novas leis de mercado se impõem, o custo de reprodução da força de trabalho urbana passa a ter componentes cada vez mais urbanos”³⁰.

Francisco de Oliveira apresenta, desse modo, uma explicação mais ampla e sistemática para descrever a economia subdesenvolvida e sua industrialização-urbanização. Evidencia como o que é aparentemente marginal colabora de fato para a acumulação moderna. Nesse sentido, trata-se de um avanço evidente em relação aos dualismos tanto da Cepal quanto dos “marginalistas”. Entretanto, Oliveira foi criticado por recair no exato contrário, no sentido de compreender a relação atraso/moderno em termos mecânicos e puramente funcionalistas³¹. Sem enveredarmos por esse caminho, o que nos importa aqui é que o espaço urbano é ainda apenas a “unidade de reprodução da força de trabalho”. Ele aparece novamente como mera expressão ou receptáculo de paradoxos da economia industrial subdesenvolvida e da unidade de contrários que lhe é própria, não constituindo um campo conceitual com categorias mais específicas.

Dez anos depois, tendo sido professor da FAU-USP por breve período³², Francisco de Oliveira empreende então uma crítica dirigida ao fenômeno urbano propriamente dito, em “O Estado e o urbano no Brasil”. Por uma questão cronológica, voltaremos a esse texto depois de passarmos pelo importante trabalho sobre São Paulo produzido pela equipe de pesquisadores do Cebrap.

O terceiro “narrador” da questão urbana é coletivo, um grupo de pesquisadores que desde o início da década de 1970 passa a investigar de modo mais sistemático as condições de vida na região metropolitana de São Paulo, culminando no livro *Crescimento e pobreza*. Seu primeiro texto, “O desenvolvimento de São Paulo: cultura e participação”, de autoria de Lucio Kowarick, Candido Ferreira de Camargo e Fernando Henrique Cardoso, publicado em *Imperialismo e urbanização na América Latina*³³, é dedicado ao entendimento da nova “cultura urbana” em um continente em urbanização acelerada.

O conceito de “cultura urbana” é entendido como um dos padrões culturais da “civilização industrial de modo amplo” e está associado tanto às formas de estratificação social como de massificação. O ensaio abre um amplo leque de questões importantes sobre o fenômeno urbano, apesar de pouco desenvolvê-las: a relação entre desejo de propriedade e mobilidade (oposição entre imobilidade do domicílio e mobilidade do emprego), a especulação imobiliária, a

contradição entre capital imobiliário e capital industrial, os diferentes agentes privados, os governos, os usuários e suas organizações, as carências de equipamentos urbanos, os desejos dos moradores, a influência da televisão etc.

O esforço teórico mais consistente, entretanto, está em interpretar as relações antitéticas entre a nova cultura de massas (que implica numa participação passiva, isto é, não-participação) e a formação de uma ativa cultura política urbana. Os autores estão interessados em avaliar como em uma sociedade urbano-industrial se forma (ou não) o cidadão — indivíduo “para quem a cidade, além de objeto de consumo é também centro da vida pública e política, assim como expressão simbólica de um conjunto de valores, de uma cultura”³⁴. Nesse sentido, a cidade volta a ser compreendida como a dimensão possível da própria política, ou seja, como *polis*. O que os pesquisadores do Cebrap verificam preliminarmente, e lançam uma hipótese nesse sentido, é que a reivindicação cidadã por serviços urbanos começa a transformar o morador em um “tipo especial de habitante”, um cidadão em formação. Reconhecem, contudo, que essa modalidade de “participação”, de horizonte imediato, difere em muito da forma clássica de “cultura cívica” e de “opinião pública”.

Entretanto, não deixam de reiterar a mesma crença que Castells, e grande parte dos demais autores de *Imperialismo e urbanização da América Latina*, segundo a qual organizações de novo tipo, eminentemente territoriais, emergirão quase que de forma salvadora, restituindo a substância política perdida da cidade. E, surpreendentemente, sua reivindicação será, antes de tudo, a defesa da própria cidade. Trata-se do “surgimento de um habitante mais exigente a respeito de sua cidade”³⁵ e de uma cultura política que nasce da reivindicação do ambiente urbano enquanto “uso, desfrute dos serviços e rede de relações e participação”. A cidade enquanto consumo coletivo é apresentada, ao fim, como inusitada antítese da própria exploração e alienação fabril: “ao contrário da produção que consome o homem, a cidade é um grande objeto de consumo para o homem. Nela tudo que existe é para ser consumido, de uma árvore, um produto alimentício até uma obra de arte”³⁶.

Essa afirmação desajeitada reitera a idéia-força de que a cidade é imediatamente mero objeto de consumo (neste caso, nem mesmo coletivo) e obscurece, evidentemente, o seu entendimento. O que move, de fato, os pesquisadores do Cebrap é o desejo de compreender quem é o novo morador das cidades (migrante, em geral) e como ele pode tornar-se cidadão ativo, para além das formas de associação convencionais (partidos e sindicatos). Nesse sentido, o fato urbano interessa aos autores apenas na medida em que a cidade constitui-se como sistema de informações e objetos a disposição do seu morador, ou cujo acesso lhe é negado.

[34] Kowarick, Camargo e Cardoso. “O desenvolvimento de São Paulo: cultura e participação”. In: Castells, *Imperialismo y urbanización en América Latina*, op. cit., p. 227.

[35] *Ibidem*, p. 240.

[36] *Ibidem*, p. 240.

A encomenda estatal da pesquisa, entretanto, dirige as conclusões do artigo para uma proposição institucional, com a definição de linhas de ação para o poder público — paradoxalmente, em pleno regime militar, que ceifava a participação popular conclamada pelos próprios autores. Neste ponto, o texto pende para a esquizofrenia, propondo o “espetáculo urbano”, o embelezamento da cidade e a ampliação de serviços e amenidades de lazer pelo poder público.

No texto subsequente, encomendado desta vez pela Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, opositora do regime, e apresentado pelo bispo progressista D. Paulo Evaristo Arns, a perspectiva antiestatal será então reforçada a favor da emergência da “sociedade civil”. A equipe que comporá a pesquisa de *São Paulo 1975: Crescimento e pobreza é ampliada*³⁷.

Este livro tornou-se um marco para os estudos urbanos marxistas no Brasil. Entretanto, como veremos, sua contribuição para constituir um campo com categorias próprias para o fenômeno urbano é ainda limitada.

O ponto de partida é a interpretação do paradoxo entre crescimento econômico acelerado e aumento das situações de pobreza na maior cidade do país. Tal situação não é uma anomalia, mas própria do nosso capitalismo: problemas do subdesenvolvimento não desaparecem automaticamente com o crescimento econômico, afirmam os autores. Por isso, crescimento e pobreza devem ser entendidos como fenômenos desiguais e combinados, ao contrário do que deduz a teoria da “marginalidade”, ao descrever a pobreza urbana como manifestação paralela ao processo de acumulação.

A imensa desigualdade urbana e social que se vê em São Paulo, afirmam, é decorrente da distribuição desigual, entre as classes, das riquezas socialmente produzidas. O espaço urbano é apresentado como o melhor retrato que expressa essa condição mais geral da economia e da sociedade. A lógica espacial é enunciada em todo o livro novamente como reflexa (ou mera concretude) da lógica econômica (abstrata), não compreendendo uma dinâmica própria (mas evidentemente associada) do espaço urbano.

O capítulo “A lógica da desordem”, o mais urbano do livro, investiga como a aparência desordenada do crescimento metropolitano encobre a organização da sociedade e sua lógica. A cidade, mais uma vez, é apresentada como uma unidade de reprodução da força de trabalho e espaço de consumo. Este, ao menos, definido de forma mais elaborada do que por Castells, em três categorias: consumo individual de bens; consumo coletivo de serviços, mas sob pagamento individual (tarifas); e consumo coletivo de infra-estruturas cujo custo recai sobre a coletividade. Infelizmente o texto não aprofunda uma análise da cidade sob essas categorias em sua dinâmica articulada, passan-

[37] Participaram da elaboração do livro, além dos três autores já citados, Vinícius Caldeira Brant, José Álvaro Moisés, Maria Herminia Tavares, Paul Singer e Frederico Mazzucchelli.

do diretamente para o problema específico da habitação. (“Um falso problema”, como afirmará Gabriel Bolaffi.)

A questão da moradia ganha importância na medida em que a cidade é descrita como *locus* da reprodução da força de trabalho. Os pesquisadores periodizam três fases da provisão habitacional, mas que de fato se resumem a duas: uma inicial baseada no fornecimento da moradia pelas empresas (as vilas operárias), reduzindo as despesas arcadas diretamente pelos trabalhadores, mas debitando-as no seu salário; e uma fase posterior, na qual a aceleração do fluxo migratório e a formação de um excedente de mão-de-obra torna desnecessária a fixação do trabalhador à empresa, que passa a transferir a responsabilidade de provisão da moradia e serviços urbanos para o próprio trabalhador e para o Estado.

É assim que surge o problema da “periferia”: aglomerados, clandestinos ou não, carentes de infra-estrutura, onde vai residir a mão-de-obra necessária para o crescimento da produção. A periferia, como lugar físico, é apresentada, por fim, como única categoria propriamente urbana do livro, e mesmo assim sob a forma descritiva em vez de analítica. Ela é a decorrência espacial do “espraiamento horizontal” da cidade (sem que este seja de fato explicado) e do “paradoxo da mobilidade”. Segundo os autores, baseados em dados do Dieese, em 1958 o gasto em transporte representava 2,9% do salário e, em 1970, pulou para 11,5%, fenômeno que é resultante de uma urbanização baseada na casa própria (em vez do aluguel), que tende a fixar o trabalhador no bairro, no mesmo momento em que ocorre a intensificação da mobilidade do emprego. Ou seja, a transformação do trabalhador em pequeno proprietário tornou-se fonte adicional de dificuldades de vida.

A cidade promove, assim, a “dilapidação da força de trabalho” (por meio de jornadas de trabalho prolongadas e intensas e espinhosas condições urbanas de existência), dada a vasta reserva de mão de obra e a ausência de uma sólida organização sindical. Tema que será depois desenvolvido por Lúcio Kowarick sob a denominação “espoliação urbana”. De outro lado, a cidade concentra o “mercado de ilusões” do mundo da publicidade, das vitrines, da televisão e sua promessa de felicidade pela atmosfera de consumismo e da “pseudo-abundância” — uma máquina de produzir conformismo. Aqui, novamente os pesquisadores do Cebrap estão interessados em compreender a cultura urbana de massas e suas conseqüências.

Os autores acreditam, por fim, reiterando a mesma posição do artigo anterior e de Manuel Castells, que a emergência de movimentos sociais urbanos, existentes de forma embrionária na condição de Sociedades de Amigos de Bairros, poderá transformar essa situação. Trata-se da emergência do povo na cena política, com feição “autonomista” (não tutelada) e “territorial”. Essa pode ser uma alternativa de

organização importante visto que o nível de participação em sindicatos é baixo (5%) em função do quadro institucional mais amplo que restringe a liberdade de organização no espaço de trabalho. Grande parte da população, não podendo contar com canais reivindicativos e institucionais eficazes, enfrenta os problemas cotidianos por meio de uma teia de relações informais e de laços pessoais, de amizade, compadrio e conterraneidade que definem formas de solidariedade e ajuda mútua, que podem ser reforçados por organizações de bairro. É assim que as associações comunitárias passam a ser descritas como parte fundamental do percurso de uma democratização substantiva, que passará pela multiplicação das organizações populares e pelo seu robustecimento, potencializando as malhas de solidariedade orgânica em uma verdadeira rede de organização autônoma da população.

Para se distanciarem dos que apostam numa solução via Estado (de cima para baixo), que desqualificam como “burocratismo” ou “elitismo”, os autores concluem declarando que suas propostas não são compatíveis “com a noção de que uma ordem igualitária possa ser imposta” – marcando diferença também com o socialismo real. Segundo eles, ela precisa ser formulada de baixo para cima, de modo que “os diversos grupos populares, através de suas organizações e expressando suas diferenças, participem da construção de uma nova organização social”, baseada em “amplas liberdades populares”³⁸. Aqui está enunciado um princípio central do “programa democrático-popular” que irá mobilizar o MDB naqueles anos e a fundação do PT no final da década.

Em seu livro de 1979³⁹, Lucio Kowarick passa a formular uma categoria propriamente urbana, “a espoliação”, para definir o que fora descrito em *Crescimento e pobreza*. A “espoliação urbana” pretende qualificar, como conceito imanente do processo de urbanização em nosso país, a expulsão dos pobres para as periferias, decorrente da combinação de crescimento e pauperização. Apesar de ainda manter um certo raciocínio de mão única ao reconhecer na cidade um mera concretude da ordem socioeconômica⁴⁰, o termo espoliação pretende avançar para a dimensão propriamente urbana dessa relação entre desigualdade espacial e modelo de crescimento-pauperização. Na definição de Kowarick, espoliação urbana é “o somatório de extorsões que se operam através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, apresentados como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência, e que agudizam ainda mais a dilapidação realizada no âmbito das relações de trabalho”⁴¹. Não por acaso Kowarick retoma e desenvolve as observações de Francisco de Oliveira sobre a autoconstrução da moradia pelos trabalhadores e suas conseqüências para a economia em geral, embora permaneça aquém do que já estava sendo debatido na FAU,

[38] Kowarick, Brant e Camargo (orgs.), *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*, op. cit., p. 155.

[39] Kowarick. *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

[40] Como nas frases: “a periferia como fórmula de reproduzir na cidade a força de trabalho é conseqüência direta do tipo de desenvolvimento econômico”, ou “O Estado, para viabilizar semelhante modelo de ordem social, só pode assumir feições nitidamente autoritárias e repressoras”.

[41] Kowarick, op. cit., p. 62.

como veremos. O autor é também um dos primeiros em São Paulo a esboçar uma interpretação da favela, olhando-a como fenômeno que exige palavras novas, seguindo, em parte, a interpretação da favela carioca de Janice Perlman e Lícia Valladares.

O interesse das formulações de Kowarick e de seu conceito de “espoliação urbana” está em caracterizar justamente a *inviabilidade* das formas de consumo coletivo na periferia do capitalismo, comparativamente às políticas públicas dos Estados de bem-estar social. O urbano, aqui, é a negação da reprodução da força de trabalho em patamares aceitáveis, é, pois, sua dilapidação permanente de forma espoliativa. Nesse sentido, Kowarick é, sem dúvida, quem mais bem aclimata a formulação da cidade como unidade de reprodução social e de consumo coletivo para a nossa situação histórica, invertendo seu sinal. O papel do Estado, pela presença ou pela oportuna ausência, segue, contudo, fundamental nesse processo. Nesse momento, Francisco de Oliveira também tinha reduzido a equação fundamental a “o Estado e o urbano”, ou, o urbano só existe, conceitualmente, se entendido pelo prisma do Estado.

Em “O Estado e o urbano no Brasil”, publicado em 1982, Francisco de Oliveira tem o mérito de realizar uma importante interpretação histórica, desde o período colonial, em busca do “sentido” de nossa urbanização. Desde o princípio nossas cidades assumem as atribuições de hospedeiras dos aparelhos estatais de controle (inicialmente, das relações colônia-metrópole) e de pólos de ligação com a circulação internacional de mercadorias. Com a industrialização, a partir do final do século XIX, será definido um novo padrão de urbanização que, aparentemente, ocorre em ritmo muito superior ao da própria industrialização. Isso porque “a industrialização brasileira trouxe dentro de si, de uma só vez, de uma pancada, todo um exército industrial de reserva vindo dos campos para dentro das cidades”^[42]. O Estado participa dessa nova situação como regulador das relações capital-trabalho, ou seja, ele fixa o preço da força de trabalho que está se instalando nas cidades.

O novo urbano é, assim, o mercado de trabalho, ou o “mercado de força de trabalho”^[43]. Mas é mais que isso, pois o Estado não apenas regula a relação salarial como assume parcelas do custo de reprodução da força de trabalho — grande parte em intervenções urbanas que representam um “salário indireto” (moradia, transporte, saneamento, lazer)^[44] — fenômeno que se deu sobretudo nos Estados de bem-estar social, dado o peso político da classe trabalhadora. No Brasil, foi diferente, pois, justamente o encarecimento da força de trabalho nos países centrais impulsionou um movimento do capital internacional pela industrialização com baixos salários na periferia, onde o Estado não assumiu a mesma parcela do custo de

[42] Oliveira. “O Estado e o urbano no Brasil”. Revista *Espaço & Debates*, n. 6, 1982, p. 43.

[43] *Ibidem*, p. 45.

[44] Em interpretação posterior, Francisco de Oliveira irá definir essa ação provedora do Estado, que colabora para desmercantilizar a mercadoria força de trabalho, como “direitos do antivalar” (em oposição à lógica do valor, que a mercantiliza). A sua forma mais acabada teria se dado nos países europeus que constituíram um verdadeiro “modo social-democrata de produção”. No texto de 1982, sem adotar o termo, o autor já apresenta a cidade como manifestação concreta dos direitos do antivalar (ou, no nosso caso, da sua negação). Ver *Os direitos do antivalar*. Petrópolis: Vozes, 1998.

reprodução do trabalho, transferindo-a para formas de economia de subsistência, como já explicara no texto de 1972, glosado por diversos outros autores.

A novidade no argumento de Oliveira não está em reeditar a leitura do urbano como acampamento de reprodução/dilapidação da força de trabalho, mas em perceber que a industrialização monopolista na periferia, baseada nas empresas multinacionais e estatais produziu, a partir dos anos 1950, uma nova camada social eminentemente urbana: as “classes médias”. Elas representam o chamado trabalho improdutivo (ou trabalho intelectual), nos setores de gerência, comunicações, serviços, finanças e circulação de mercadorias. Essa mudança na “estrutura de classes” tem importantes conseqüências para a “estrutura urbana” e o paralelismo entre ambas é assim reiterado: “as cidades são por excelência a expressão urbana dessa nova estrutura de classes”⁴⁵. A ação do Estado, do ponto de vista da sua relação com o urbano, passa a ser determinada pelas demandas das classes médias, e não dos trabalhadores, dada a falta de voz das classes populares. O Estado irá arbitrar a distribuição do excedente social favorecendo os setores médios, que constituem a base ideológica de sustentação do regime e da modernização conservadora.

[45] *Ibidem*, p. 50.

Oliveira, entretanto, ao fim não avalia como é o urbano que nasce desse novo padrão de classes, suas características físicas e sua dinâmica de produção e reprodução. Ele acaba por resumir o urbano a palco do conflito entre Estado e trabalhadores, ou, ainda, entre Estado e “sociedade civil”, adotando o termo em sentido gramsciano. Diante dessa oposição e do ponto de vista das condições de vida, Oliveira argumenta que já não faz muita diferença a origem social e a posição dos indivíduos na estrutura produtiva (ou seja, a condição de classe), pois, em última instância, todos habitam na cidade espaços contíguos e, por isso, estariam unificados em suas demandas⁴⁶. Ora, a conclusão do texto, inesperadamente sumária à luz dos problemas colocados no decorrer do próprio ensaio, retorna ao entendimento limitado de que o conflito urbano se dá privilegiadamente na disputa pela direção do aparelho do Estado, e propõe uma aliança cidadã entre trabalhadores e classes médias – o que irá em parte se consumir na própria ascensão do PT em São Paulo.

[46] *Ibidem*, p. 53.

O saldo de dez anos de produção dos intelectuais marxistas do Cebrap sobre o urbano é, no mínimo, controverso. Em primeiro lugar, é possível distinguir algumas linhas comuns, mas não afirmar que a produção de crítica urbana no Cebrap, com seus diferentes “narradores”, constitua um bloco único. De modo geral os textos colaboram para o entendimento de algumas das articulações entre urbanização e industrialização na periferia do capitalismo. Indicam também a importância de se compreender a emergência, numa so-

cidade de massas, de um novo sujeito histórico (ou de uma nova dimensão da classe trabalhadora), o migrante-morador-cidadão, com suas formas próprias de organização e ação política. Este é um tema também desenvolvido noutras pesquisas do Cebrap, como a que resultou no livro *São Paulo: o povo em movimento*⁴⁷, de Vinícius Caldeira Brant e Paul Singer.

Por sua vez, os limites dessa produção crítica pioneira decorrem, sobretudo, da descrição unidimensional do espaço urbano como manifestação direta da economia e da política, sem entendimento de suas dinâmicas e categorias próprias. A cidade é imediatamente a economia urbana, imediatamente o consumo coletivo, ou imediatamente o mercado de trabalho, ou ainda imediatamente as classes médias ou o Estado, e assim não adquire estatuto interpretativo. Aparece quase sempre de forma rebaixada, na condição de “objeto” de consumo coletivo, “palco” da política ou “suporte” da industrialização. Quase nada é investigado sobre a *produção* da própria cidade, seu significado mais amplo como centralidade e expressão material do poder e da riqueza, sobre sua forma arquitetônica e o trabalho na construção, sobre a propriedade privada e a renda da terra, sobre a estrutura concentrada e o crescimento disperso, sobre os circuitos de acumulação imobiliária e sua relação com o capital em geral, sobre a lógica de investimentos privados e públicos, a localização das infra-estruturas, as formas de ação urbana do Estado na repartição da riqueza social etc. Trata-se de um urbano reflexo e descarnado, apresentado muitas vezes como mera ilustração da crítica sociológica ou da racionalidade econômica.

DESDOBRAMENTOS PAULISTAS 2: FAU-USP

O livro-síntese da contribuição marxista da FAU-USP para o entendimento do fenômeno urbano nos anos 1970 é organizado por Ermínia Maricato: *A produção da casa (e da cidade) no Brasil industrial*⁴⁸, com textos de 1975 a 1979. A proximidade de temas e certa filiação com o Cebrap são evidentes, inclusive pela participação de Paul Singer, com um artigo, e de Francisco de Oliveira, no prefácio. A escolha dos dois não é casual, pois a *Crítica à razão dualista e A economia política da urbanização* eram dos textos mais lidos e debatidos naqueles anos entre os arquitetos de esquerda, como primeiras interpretações marxistas do urbano no Brasil.

O resultado coletivo do livro representa um avanço em relação à produção do Cebrap, pois a cidade aparece, enfim, como objeto de crítica imanente. De um lado, os conceitos de “periferia”, “espoliação” e “autoconstrução” são desenvolvidos e aprofundados nos textos de Ermínia Maricato, Raquel Rolnik e Nabil Bonduki. De outro, Rodrigo Lefèvre e Paul Singer inauguram a pesquisa sobre renda da terra e

[47] Brant e Singer (orgs.). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes, 1980.

[48] Maricato, Ermínia (org.). *A produção da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. Petrópolis: Vozes, 1979.

negócios imobiliários, procurando estabelecer categorias marxistas próprias para o entendimento do urbano. Por fim, o Estado deixa de ser entendido de forma abstrata como regulador do custo da força de trabalho para ser objeto de uma análise detida de Gabriel Bolaffi de como atuou especificamente na formulação e na implementação do BNH, dando carne e conteúdo à perspectiva crítica do Cebrap. Como veremos, este livro leva até as últimas conseqüências a perspectiva sociológica cebrapiana-marxista de interpretação do urbano e supera seus limites, antecipando e indicando uma renovação de temas e métodos para a pesquisa urbana nos anos 1980 e 1990.

Ao reconhecer o avanço e a originalidade do livro, Francisco de Oliveira, em seu prefácio, afirma que “a novidade está em fazer-se um esforço para pensar um campo teórico *especificamente* urbano, a partir do urbano mesmo”⁴⁹. Isso não quer dizer “construir um estatuto teórico próprio para o urbano” separado do movimento geral do capital, mas, ao contrário, “procurar determinar *concretamente* esse urbano”⁵⁰. Oliveira reconhece que o grupo da FAU inova na tentativa de estudar a renda fundiária como fundamento de uma atividade produtiva e associar a especulação à produção real, colaborando para o conhecimento do espaço urbano segundo categorias que lhe são próprias. Assim, resume Oliveira, o urbano passa a ser compreendido não apenas como “*locus*, mas como *forma* da expansão capitalista”⁵¹.

Um grupo de professores da FAU estava lendo, naqueles anos, o terceiro livro de *O capital* — que discute as formas heterodoxas de produção do valor por meio da renda e dos juros — e começa também a descobrir novos autores, como Henri Lefebvre, David Harvey e Marino Folini, além da nova sociologia urbana francesa (Lojkin, Topalov, Ascher e Lipietz) que ampliavam o horizonte da crítica marxista para além do esquema de Castells. O livro representa essa transição, apesar de não completá-la integralmente, formulando uma alternativa mais acabada.

Os textos de Ermínia Maricato, professora da FAU⁵², e de Raquel Rolnik e Nabil Bonduki, estudantes da pós-graduação e orientandos de Bolaffi, trazem uma série de informações de suas pesquisas de campo (devedoras da investigação pioneira de Carlos Lemos e Maria Ruth Sampaio) que delimitam com mais precisão os conceitos de “periferia” e “autoconstrução”. Talvez ambos os textos sejam a melhor formulação, até aquele momento, da situação de moradia da classe trabalhadora na cidade de São Paulo. Como os colegas do Cebrap, escapam da armadilha da marginalidade e caracterizam os nexos que articulam a expansão urbana baseada na “solidariedade forçada” dos trabalhadores com os ganhos que os diversos capitais assim obtêm (não apenas o capital industrial como também o “capital fundiário”). A autoconstrução, por exemplo, é não só apresentada na fórmula da reprodução

[49] *Ibidem*, p. 13.

[50] *Ibidem*, p. 14.

[51] *Ibidem*, p. 16.

[52] Como professora, Ermínia levava os alunos de primeiro ano a conhecer as periferias da cidade e a projetar naquelas condições, atividade da qual participava Rodrigo Lefèvre, entre outros professores. Alguns anos antes, Ermínia realizara a pesquisa sobre “A penetração dos bens modernos na habitação proletária” e o filme “Fim-de-semana”, documentário sobre a autoconstrução de um bairro por seus moradores, a parte “oculta” do processo desigual e combinado de modernização brasileira, que era exibido em suas atividades de militância junto a grupos organizados.

social da força de trabalho (como não-mercadoria que abriga a baixo custo a mercadoria força de trabalho e permite conseqüentemente a redução dos salários), como também é considerada, por outro lado, como mercadoria planejada para extrair uma renda de aluguel, e estreitamente ligada à especulação imobiliária e aos agentes que ganham com esse tipo de expansão urbana. Ou seja, a autoconstrução é reinserida no urbano e no mercado (mesmo que ilegal ou informal).

Apesar disso, estes são os textos que mais devem à sociologia francesa e ao entendimento do urbano nos termos de Castells e do Cebrap. Aqui, mais uma vez, a cidade é sobretudo uma unidade de consumo coletivo, ou de sua impossibilidade na periferia do capitalismo. Como as categorias estão aqui bem caracterizadas pela pesquisa empírica, elas atingem seu limite analítico, cuja superação passaria a ser procurada no campo da política, mais que no da teoria. Não por acaso, Ermínia, Nabil e Raquel irão constituir um núcleo de urbanistas dentro do PT.

Os três outros textos que compõem o livro, mesmo não estando em diálogo direto com os já mencionados, apresentam novos nexos entre o capital imobiliário, o Estado e a propriedade do solo. Os textos de Paul Singer e Rodrigo Lefèvre formam um par, descrevendo a lógica dos “negócios imobiliários” e investigando a articulação entre a propriedade fundiária e o capital da construção⁵³ — e descrevendo, pela primeira vez sob ângulo marxista, a lógica dos “negócios imobiliários”. Singer, embora na condição de cebrapiano, entra neste contexto como professor e economista marxista lido e respeitado na FAU e para o qual fora solicitado apresentar um quadro didático a respeito da teoria da renda da terra. Desta vez Singer investiga a economia urbana nela mesma, avançando em relação a seus textos anteriores.

Explica, de forma didática, a qualidade e a diferença da renda e da propriedade privada da terra em relação à propriedade privada dos meios de produção na criação do valor. A propriedade privada da terra não apenas é distinta do capital produtivo, mas também um ônus para o lucro industrial, um resquício arcaico em que o proprietário de terra abocanha uma fatia da mais-valia socialmente produzida. Como afirma Singer: “se a propriedade privada dos meios de produção fosse abolida, o capitalismo desapareceria. Mas, se a propriedade do solo fosse socializada, desapareceria a dedução do lucro representada pela renda da terra, e o capitalismo não só continuaria existindo, mas inclusive se fortaleceria, pois o lucro assim incrementado intensificaria a acumulação de capital”⁵⁴. A conclusão é, contudo, parcial, pois associa a terra urbana apenas à figura do proprietário enquanto indivíduo parasitário, não percebendo que já se constituía, inclusive no Brasil, todo um circuito de acumulação imobiliária na produção do espaço.

[53] A crítica ao “capital da construção” não é plenamente desenvolvida em nenhum texto do livro, mas estava presente na produção marxista da FAU-USP, sobretudo por influência de Sérgio Ferro, ex-professor da faculdade e exilado na França desde 1972, que já tratara do assunto em seus cursos nos anos de 1960 e em publicação do GFAU (“A casa popular”, de 1969). Da França ele envia para a Revista *Almanaque*, de 1976, seu famoso ensaio “O canteiro e o desenho”, lançado em livro em 1979. Além dele destaca-se um grupo de professores marxistas da FAU-USP que iniciam suas pesquisas sobre o capital da construção nos anos de 1970, concluindo-as no início da década seguinte: Yvonne Mautner (*A cria rebelde*, de 1981), Jorge Oseki (*Arquitetura em construção*, de 1983), Ermínia Maricato (*Indústria da construção e política habitacional*, de 1984) e Paulo César Xavier Pereira (*Espaço, técnica e construção*, de 1984). Uma avaliação da produção crítica deste grupo e de seus desdobramentos teóricos e políticos ainda está por se realizar.

[54] Maricato, *A produção da casa (e da cidade) no Brasil industrial*, op. cit., p. 22.

Apesar de considerar a renda da terra um fenômeno extemporâneo, Singer passa então a qualificar suas modalidades, tema que Marx não desenvolvera para o contexto urbano. Segundo Singer, o que define a quantidade de renda extraída de cada pedaço de terra numa cidade é a disputa por sua localização (em função dos serviços, das infra-estruturas e da qualidade de determinados bairros) e o direito que é reservado à propriedade privada de cobrar pelo acesso à sua utilização. As estratégias de empresas e habitantes para extrair renda, acesso e localização são similares, mas de naturezas distintas, explica. No caso das empresas, trata-se de uma renda derivada do lucro, tendo em vista ganhos de localização. No caso dos habitantes, a renda depende das necessidades (reais e da fantasia) de cada um e da própria promoção imobiliária. São temas que Singer apresenta a partir da descrição inicial: a estruturação da cidade, a criação de novas centralidades, as estratégias de renovação urbana, a substituição de classes sociais no espaço urbano, a desvalorização simbólica de edifícios e bairros, o desejo de exclusividade das elites, a expansão da franja urbana e seus mecanismos de especulação, as formas de ação dos empreendedores procurando antecipar ou influir na localização dos investimentos públicos e na legislação de uso do solo. Enfim, trata-se de uma abertura conceitual importante. Mesmo que todos esses assuntos sejam ainda tratados de forma preliminar, está ali desenhado um excelente mapa de categorias para o estudo das questões urbanas, de seus processos e conflitos intrínsecos.

Rodrigo Lefèvre, professor da FAU, que também estava às voltas com o terceiro livro de *O capital*, procura dados reais para a interpretação do padrão de decisões dos negócios imobiliários. Ele analisa diversos empreendimentos em São Paulo e no Rio de Janeiro e nota que os ganhos adicionais dos empreendedores são derivados quase que exclusivamente da renda fundiária, e não da construção. No caso de São Paulo, os maiores ganhos foram extraídos proporcionalmente dos terrenos com piores localizações e baixos preços. Por sua vez, o custo do metro quadrado construído, sem o terreno, era idêntico e variava apenas de acordo com o padrão de acabamento.

Para amparar suas descobertas, Rodrigo utiliza o conceito de “terra-capital” e de espaço físico da cidade como capital fixo, ambos formulados no início dos anos 1970 por Marino Folin.⁵⁵ O consumo da cidade passa a ser entendido, nesse sentido, como consumo de uma mercadoria especial que também é produzida e que pode ser decomposta em vários tipos de capitais, agentes e ganhos. A cidade deixa de ser um ente provedor fetichizado, que se embaralha com a noção do próprio Estado, para ser apresentada segundo a dinâmica de produção e consumo que lhe é própria e que, sem dúvida, permanece articulada à reprodução do capital em geral.

[55] Folin, Marino. *La ciudad del capital y otros escritos*. México: GG, 1977.

Por fim, Gabriel Bolaffi, sociólogo e professor da FAU, apresenta o texto mais inovador e programático do livro. Ele formula uma hipótese interpretativa da urbanização periférica a partir dos resultados de sua pesquisa sobre o Plano Nacional de Habitação em “Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema”⁵⁶. Em sua análise do BNH, Bolaffi consegue articular a crítica a estratégias de poder, de acumulação econômica e cooptação ideológica a uma hipótese sobre a lógica de produção e crescimento das nossas cidades e ainda apresenta um breve programa de reforma urbana. Ele evita tomar o problema da habitação isoladamente (o que seria “o falso problema”) para entendê-lo associado à formação do capitalismo nacional e à estratégia de aceleração econômica tomada pelos militares. Em vez de uma estratégia keynesiana de estímulo ao ciclo de crescimento, o que Bolaffi descreve é uma “cadeia de negociatas inescrupulosas”, de privatização de ganhos e socialização de perdas.

Segundo ele, ao transferir para a iniciativa privada todas as decisões sobre a localização e a construção das habitações que financia, o Estado permitiu a utilização de “terrenos inadequados e mal localizados”, a construção de “edificações imprestáveis” e, por fim, “a venda da casa a quem não pode pagá-la”⁵⁷. O que aparece como uma irracionalidade urbana e social flagrante (um verdadeiro “processo industrial de favelamento”, afirma Bolaffi) é, ao mesmo tempo, um mecanismo de acumulação e de concentração de renda sem paralelos, “irmão siamês do crescimento da indústria automobilística”⁵⁸.

O ponto alto do argumento de Bolaffi é apresentar as ações do BNH não como desvio de rota, mas como regra da própria dinâmica urbana, que ele passa a denominar “padrão periférico de crescimento da metrópole”, tomando São Paulo como seu exemplo mais predatório. A possibilidade de definir um “padrão” estimula Bolaffi a procurar uma explicação abrangente do processo de urbanização, não restrita ao problema da moradia operária. Ele supera o conceito de periferia como lugar físico e como pólo dual para caracterizar um movimento próprio do crescimento das cidades.

Em breves linhas, seu argumento consiste em reconhecer a dominância do rentismo fundiário na constituição da forma urbana – esta a explicação para nossa “lógica da desordem”. No Brasil, a propriedade imobiliária adquire um estatuto privilegiado como reserva patrimonial, uma vez que é pouco taxada e regulada, além de superprotegida jurídica e ideologicamente (é o “santuário da especulação”, ironiza). O solo urbano transformado em reserva de valor em vez de fator de produção não cumpre sua função primeira, ao mesmo tempo em que a demanda por entesouramento retira porções consideráveis do solo urbanizado do mercado, o que eleva o preço da terra e estimula o espraiamento da cidade (com a transformação da terra rural em urbana),

[56] O texto fora originalmente publicado em *Ensaio de Opinião*, nº 2-1, de 1976, e sua pesquisa mais ampla em *Cadernos Cebrap*, nº 27, de 1977, com o título “A casa das ilusões: aspectos sócio-econômicos do Plano Nacional de Habitação”.

[57] In: Maricato, *A produção da casa (e da cidade) no Brasil industrial*, op. cit., p. 54. Qualquer semelhança com o atual pacote habitacional do governo Lula não é mera coincidência.

[58] *Ibidem*, p. 55.

numa espiral especulativa sem controle. Esse processo de valorização também está associado aos movimentos reais da economia e aos investimentos públicos, que colaboram para a ampliação dos ganhos rentistas e a privatização da riqueza socialmente produzida, enquanto transferem para a população as deseconomias provocadas pelo padrão ineficiente e patrimonialista de crescimento urbano.

A “cidade cresce, consumindo-se”, afirma Bolaffi, o que significa que o urbano não se consolida como cidade íntegra, pois a expansão sobre novas áreas ocorre simultaneamente à deterioração das antigas. Assim, o padrão periférico-especulativo está por todos os lados e não apenas na “periferia geométrica”. Mas, justamente porque a cidade ao crescer, consome-se, o rentismo encontra limites, perdendo a velocidade na medida em que as deseconomias sociais aumentam a ponto de anular os ganhos privados. Daí que, diante da tendência a uma queda da renda, o planejamento volta a ser necessário como instrumento capaz de evitar a inviabilização completa da cidade e de seu sistema de valorização patrimonial.

As conclusões de Bolaffi conduzem-no a formular um pequeno programa de reforma urbana (cujo debate iniciara no país pouco antes do golpe militar), em que o núcleo está em definir uma política fundiária que permita efetivamente a taxação e o controle do solo como forma de reversão da sua lógica dissociada do valor de uso. No caso da terra e imóveis ociosos, o aumento de impostos desestimula sua retenção improdutiva e reduz o seu preço, ampliando a oferta. O problema da habitação deve, assim, ser recolocado não como um problema de construção, mas de acesso à terra urbana. Para que este acesso se dê de forma mais racional e igualitária, é necessário planejamento urbano, majoração de impostos e um banco público de terras e imóveis, permitindo meios adequados de controle do crescimento e da especulação. O estado, como grande produtor de valorização imobiliária, seja por meio da regulação seja por meio do investimento, deveria ainda capturar as rendas fundiárias derivadas dessas ações para estabelecer um padrão de urbanização mais homogêneo e democrático. Trata-se aqui de um programa reformista similar aos do *Welfare* europeu, mas que, inusitadamente, Bolaffi acredita ser implementável naqueles anos de modernização predatória sob regime militar. Ele só será posto em prática (de forma muito parcial e sem capacidade de reversão estrutural) com a redemocratização, mais de uma década depois.

COMENTÁRIOS FINAIS

O percurso que fizemos pretendeu avaliar, mesmo que limitadamente, algumas das influências da sociologia urbana francesa, em especial de Manuel Castells, na produção pioneira de intelectuais mar-

xistas que procuraram descrever os paradoxos do crescimento de São Paulo e da urbanização periférica. De certo modo, para não deixarmos de arriscar uma interpretação, é possível afirmar que houve uma opção política por essa abordagem. Não havia ainda, é fato, um campo teórico claramente constituído com categorias próprias para a compreensão do fenômeno urbano, e a escolha em privilegiar o entendimento da cidade pelo lado do consumo coletivo, da reprodução da classe trabalhadora, da cultura de massas e da ação do Estado expressava a disposição em caracterizar a emergência de um novo sujeito político (o cidadão organizado em associações territoriais e movimentos urbanos) e de propor políticas públicas mais democráticas, prevendo o fim do regime militar. Ou seja, tratava-se, em geral, de pesquisas comprometidas em orientar a ação institucional ou das organizações da sociedade civil — em suma, pesquisas interessadas na superação prática do atraso e da desigualdade.

Essa disposição positiva (quem poderia criticá-la?) para a transformação da realidade levou a um caminho teórico de menor resistência e complexidade, cuja trilha já era indicada por Castells desde os primeiros contatos com os pesquisadores do Cebrap no Chile e na França: estudar a cidade como espaço de consumo e de luta social por fundos públicos para políticas que garantam a sobrevivência dos trabalhadores em níveis adequados. Isso criou, em contrapartida, um ponto cego: não se interpretava a produção da cidade pelo ângulo da acumulação e da ação dos diferentes agentes que se apropriavam dela como renda e capital.

Os poucos conceitos especificamente urbanos elaborados nas pesquisas daquela década eram, em sua maioria, unidimensionais e estáticos. À periferia não se contrapunha a noção de centralidade, ao de autoconstrução, o da própria (indústria da) construção, ao da espoliação, o de renda da terra, e assim por diante. Ou seja, os conceitos não entravam em movimento, dialeticamente. Esse travamento da teoria dirigia os olhares para a crença de que, já que os conceitos não estavam em movimento, com o perdão do trocadilho, o povo (ou o Estado democrático) iria entrar em movimento.

A saída do impasse teórico deu-se ou pela reformulação da própria teoria — o que começa a ocorrer com o livro organizado por Ermínia Maricato, no qual o urbano é, enfim, enunciado como objeto da crítica imanente —, ou pela expectativa de que as precárias condições de vida a que estava submetida a população urbana iriam, por elas mesmas ou ainda associadas a um novo tipo de planejamento estatal, estimular uma verdadeira reforma social. Em resumo, é como se os impasses e limites da teoria pedissem uma saída programática

Essa interpretação do urbano, apesar de tudo e por isso mesmo, tornou-se hegemônica não só na academia como também, progres-

sivamente, nos movimentos sociais e nos órgãos públicos, ocupados por administrações progressistas nos anos 1980. Ela representava, afinal, uma crença na possibilidade de um capitalismo socialmente reformado, assim que restituídos os direitos democráticos. Nesses anos e nos seguintes, grande parte dos nossos autores ocupará cargos públicos e atribuições partidárias ou administrativas – e o “encontro” com o urbano se dará sobretudo por meio das novas demandas de sua gestão.

O programa sensato de reformas traçado por Bolaffi e que foi similar ao defendido pelas forças de esquerda que começavam a administrar cidades acha-se até hoje pouquíssimo implementado, apesar de alguns avanços institucionais. O fato é que o padrão de crescimento patrimonialista e desigualitário de nossas cidades e, por extensão, do país, não encontra adversários capazes lhe fazer frente. A impossibilidade de realizar um programa mais do que razoável para melhorar nossas cidades talvez seja uma evidência da hipótese de Florestan Fernandes, compartilhada por parte dos socialistas, de que não existem no Brasil as condições estruturais e dinâmicas para uma “revolução dentro da ordem”.

Recebido para publicação
em 15 de março de 2009.

NOVOS ESTUDOS

CEBRAP

83, março 2009

pp. 103-127

PEDRO FIORI ARANTES é arquiteto e urbanista, doutorando pela FAU-USP e autor do livro *Arquitetura nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões*. São Paulo: Editora34, 2002.